

UM PORTUGUÊS PARA CHAMAR DE SEU E A SAGA DO NIF

Bruna Potechi

Cheguei a Portugal e achei que ao aterrissar em Lisboa as confusões burocráticas estariam terminadas. Eu, assim como muitos outros doutorandos, estava tendo imensos atrasos para obtenção do visto, o que atrasara minha viagem em duas semanas. Logo que chegasse, eu precisaria, como norma da agência de pesquisa que me financiava, enviar os dados de minha conta bancária em Portugal para receber o pagamento das mensalidades da bolsa. Eu tinha uma semana para abrir uma conta em banco português ou então receberia meu primeiro pagamento apenas dois meses após minha chegada. Fui aos bancos mais próximos do local onde me instalei para saber quais eram os documentos necessários para a abertura de conta-corrente e todos me disseram a mesma coisa: “NIF” e “comprovante de morada”. Logo intuí ser o endereço ou a residência. Também eram exigidos outros documentos, como passaporte e endereço no Brasil, mas foram essas três letrinhas que ocuparam minhas duas primeiras semanas em Portugal, NIF.

O NIF (Número de Identificação Fiscal ou Número de Contribuinte) corresponde ao CPF no Brasil, ao Cadastro de Pessoa Física. Você faz um desses em repartições governamentais chamadas “Finanças” ou “Lojas do Cidadão”, sendo que ambas estão espalhadas por toda a Lisboa. Na primeira ida ao órgão “Finanças” mais próximo, ouvi que precisaria de passaporte, de

comprovante de endereço no Brasil e de um cidadão português. Aquilo me soou estranhíssimo, então perguntei “o que seria esse cidadão”, recebendo o esclarecimento de que seria um cidadão português ou cidadão que tivesse “cartão cidadão” há mais de cinco anos. Aquilo continuou esquisito e digamos que eu achei que poderia ser algum problema com o sotaque de Portugal. Vendo minha reação, a atendente esclareceu que era isso mesmo. Eu, como brasileira, precisava de um residente para se responsabilizar por mim e só assim eu conseguiria o NIF¹. Nada que eu tenha usado como argumento adiantou, então fui embora pensando em como arrumaria “um português para chamar de meu”.

Pode parecer que exigir um cidadão local não seja assim tão absurdo, mas quando você está chegando a uma nova cidade, a um novo país, sozinha, suas relações pessoais ainda não são tão sólidas ou próximas. Podem até ser completamente inexistentes. Na verdade, até aquele momento eu apenas conhecia meu “senhorio”, o dono do imóvel que eu alugara, a quem, devido à dificuldade em achar “morada” em Lisboa, eu não queria pedir demais. Meu outro contato em Portugal era a minha supervisora, que eu ainda não conhecia pessoalmente e com quem almejava estreitar relações profissionais mais do que iniciar pedindo favores. Exigir de um estrangeiro, recém-chegado a um país, que possua relações pessoais com outros sujeitos para que um deles ao menos lhe acompanhe a um departamento burocrático por algumas horas para que se responsabilize por você me soava pessoal demais.

O NIF foi, definitivamente, o meu primeiro baque em Portugal. Meu imaginário de um período no exterior remetia a uma independência – de minha família, de meus amigos, dos costumes e hábitos brasileiros. Embora já me sentisse independente, eu pensava, naquele momento, mais em mim enquanto indivíduo. Eu saí do meu círculo social e dos meus velhos hábitos e me realoquei temporariamente em um lugar onde eu precisaria construir tudo de novo e de outra forma. Entretanto, em Portugal, para receber seu próprio dinheiro por meio de uma conta-corrente em seu nome, você, como residente (ainda que temporário) não europeu, necessita estar vinculado a alguém. De certa forma, você não é reconhecido completamente pelo Estado

1 Mais tarde fui informada de que o representante no NIF tinha a responsabilidade de entrar em contato comigo, intermediando a comunicação entre o “Finanças” e o cidadão estrangeiro.

português sem essas relações pessoais. No Brasil, elas soariam com o “você sabe com quem está falando?”, clássico em minha área de pesquisa. No caso, o autor DaMatta (1979) remete a uma hierarquia que operaria na sociedade brasileira em contraste com uma tendência mundial de individualização dos sujeitos. Ou seja, enquanto esse processo de individualização dos sujeitos os tornaria cada vez mais autônomos e fechados de relações sociais, como, por exemplo, o Estado reconhecendo todos os sujeitos como indivíduos iguais, no Brasil, esse processo de reconhecimento de pessoas se daria por um processo relacional, que por sua vez seria hierárquico. Isso, na lógica do autor, explicaria porque a lei no país funciona de forma diferente para cada pessoa (vide acusações de tráfico de drogas para pessoas bem relacionadas e de alta classe social e para moradores das periferias de grandes cidades do país). Em Portugal, em se tratando do NIF, eu também precisaria criar relações sociais para, de fato, ser reconhecida pelo Estado português como um sujeito. E mais do que criar relações sociais, elas deveriam ser estabelecidas com portugueses ou residentes que possuísem cartão cidadão há mais de cinco anos. Isso não dependia do tipo de visto que eu já possuía – por tempo determinado – nem dos comprovantes de retorno ao país onde eu continuaria meu doutorado.

Ter um NIF era ter um português para chamar de meu para, só assim, conseguir abrir conta em um banco a fim de receber as mensalidades da minha bolsa, as quais me manteriam naquele país. Sem o NIF, eu não seria reconhecida pelo Estado, pelos bancos nem pela própria universidade que me receberia, a qual também me exigiu o tal NIF para completar meu cadastro. Enfim, após muitas idas ao “Finanças”, consegui uma quase portuguesa para chamar de minha, Marisa, colega de graduação no Brasil, que possuía cidadania portuguesa e morava em Lisboa há sete anos. Ela me acompanhou ao “Finanças”, entregamos os documentos enquanto conversávamos sobre como estávamos e por onde a vida tinha nos levado. Marisa, naquele dia, estava acompanhada por Amanda, sua bebê de quatro meses. Sem nenhuma pergunta, a atendente registrou os documentos e me entregou o número do NIF. Achei que minha portuguesa e nossa relação pessoal foram satisfatórias, então, naquele momento, pude começar a me sentir “mais gente” em Portugal.

Referência

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.